

ATA DA 48ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

1
2 Aos dez dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e noventa e sete, às 09:00
3 horas, realizou-se em Curitiba, no Salão dos Governadores do Palácio Iguaçú, a 48ª reunião
4 ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente, tendo a mesma sido instalada pelo seu
5 Presidente, senhor HITOSHI NAKAMURA, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos
6 Hídricos, a qual contou com as presenças de JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do
7 CEMA, dos Conselheiros ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado,
8 HORÁCIO FERREIRA JÚLIO JR., suplente de ÂNGELO ANTONIO AGOSTINHO, da Fundação
9 Universidade Estadual de Maringá; CELSO LUIZ RÚBIO, da Secretaria de Estado da Saúde;
10 CLÁUDIO RENATO WOJCIKIEWICZ, da Associação Paranaense de Engenheiros Florestais,
11 DULCINÉA DE SOUZA SCHMIDLIN, da Secretaria de Estado da Justiça, CARLOS HUGO ROCHA,
12 suplente de LUIZ KULCHETSCKI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, FABIANO
13 BRUSAMOLIN, suplente de MARCO AURÉLIO BUSCH ZILIOOTTO, do Instituto Ecoplan, NICOLAU
14 LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, NILZA APARECIDA
15 FRERES STIPP, da Universidade Estadual de Londrina, ROSANA SCARAMELLA, da Secretaria
16 de Estado dos Transportes, ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas
17 Florestais, SÉRGIO FERREIRA DE SOUZA, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano,
18 e dos convidados senhores JORGE R. A. MELLO, do Comitê de ONGs. para a Conservação de
19 Recursos Hídricos e SARAH AZEVEDO KOBEL, representante da União das Entidades
20 Ambientistas e da Federação Paranaense de Entidades Ambientistas, tendo sido convocada
21 para discutir a regulamentação do Cadastro de Associações de Meio Ambiente e da escolha dos
22 Membros Ambientistas e Docentes Universitários do CEMA. Abrindo a reunião o senhor HITOSHI
23 NAKAMURA, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do
24 Conselho Estadual do Meio Ambiente, verificou haver quorum para a realização da mesma,
25 saudou os Conselheiros presentes e percorreu sobre a pauta da reunião e sobre a realização das
26 comemorações do Dia do Rio, no dia 24 de novembro vindouro, programa que havia lançado uma
27 semana atrás, na Assembléia Legislativa do Paraná, e que é complementado pelas iniciativas do
28 movimento iniciado pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente e algumas Organizações Não-
29 governamentais no sentido de discutir e implementar ações duradouras de Educação Ambiental
30 que venham de encontro às necessidades crescentes da comunidade paranaense de assegurar
31 abastecimento de água potável, como pode ser vislumbrado pela série de programas já em
32 andamento e que devem ser reforçados nesta ocasião. Traçou um panorama a respeito da
33 abundância de água em nosso Estado, que é praticamente cercado por este elemento, da
34 degradação flagrante da qualidade das águas na Região Metropolitana de Curitiba e de programas
35 como o ICMS Ecológico, Conservação de Fundos de Vale, Recuperação da Mata Ciliar e
36 Destinação Final de Embalagens de Agrotóxicos que objetivam, em última instância, a

37 recuperação e conservação dos Recursos Hídricos em nosso Estado. Conclamou os diversos
38 segmentos da Sociedade Organizada representados neste Conselho para, em conjunto com os
39 Executivos Estadual e Municipais, proporem e implementarem ações concretas em prol deste
40 objetivo. A respeito da renovação bianual, prevista na legislação, dos membros ambientalistas e
41 representantes das Universidades paranaenses, comprometeu-se a prorrogar o mandato dos
42 atuais membros por mais seis meses, a fim de que seja possível a implementação desta
43 renovação com a tranqüilidade necessária. A seguir, em função de necessitar retirar-se para
44 atender outros compromissos agendados anteriormente, passou a presidência do Conselho para
45 o senhor NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que
46 agradeceu e aceitou o convite, cumprimentou a todos os presentes e ressaltou a aprovação, na
47 última reunião, da dispensa de quórum em segunda convocação, medida esta que modifica o
48 Regimento Interno do CEMA e que já está em vigor; passando, em seguida, a palavra ao senhor
49 JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, para que conduzisse os trabalhos, o qual
50 procedeu a leitura da Minuta da Ata da reunião anterior. Colocada a mesma em discussão, esta
51 recebeu emenda da Conselheira NILZA APARECIDA FRERES STIPP, da Universidade Estadual
52 de Londrina, que sugeriu a correção, na linha 319, onde se lê “está incluindo a ilha Grande na
53 Reserva da Biosfera”, para “está propondo a região de Ilha Grande como Reserva da Biosfera” e,
54 na linha 323, solicitou a correção do nome Acyr para Moacir. A seguir, a conselheira ROSANA
55 SCARAMELLA, da Secretaria de Estado dos Transportes, recordou que a decisão do CEMA de
56 não se opor à criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica foi
57 acompanhada da resolução dos Conselheiros de enviar correspondência ao Senhor Secretário de
58 Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos exortando-o a apoiar a criação deste Comitê
59 Estadual e que pensava que tal fato deve constar da ata em discussão. Nada mais havendo a
60 corrigir na minuta da ata da reunião anterior, a mesma foi colocada em votação e aprovada por
61 unanimidade, com as correções propostas. Em seguida, o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA,
62 Secretário Executivo do CEMA procedeu à leitura das seguintes correspondências: do
63 Departamento de Unidades de Conservação da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas do
64 Instituto Ambiental do Paraná, convidando o CEMA a participar da Equipe Técnica Interinstitucional
65 e Multidisciplinar para discussão e participação na regulamentação do Sistema Estadual de
66 Unidades de Conservação e sugerindo para tanto o nome do Secretário-Executivo do Conselho; do
67 Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento - NIMAD da UFPr., encaminhando
68 exemplar informativo especial daquele núcleo; do Instituto Ecoplan, a respeito de trabalho conjunto
69 com outras entidades ambientalistas sobre recursos hídricos que resultou na proposta de
70 efetivação da comemoração da Semana do Rio que envolvesse o maior número possível de
71 entidades governamentais e não governamentais. Com este objetivo, elaboraram o projeto anexo e
72 integrante desta Ata, o qual solicitam permissão para expor em Plenário. Pronunciando-se a
73 respeito da correspondência do IAP, o conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense

74 de Empresas Florestais, sugeriu que fosse recomendado ao representante do Conselho naquela
75 Equipe Técnica que trouxesse os resultados daquele trabalho para discussão em Plenário, ao que
76 o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, explicou que era esta
77 exatamente a intenção dos membros daquela Comissão. Fazendo uso da palavra, o senhor
78 NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, expôs sua
79 concordância em indicar o Secretário Executivo do Conselho para a missão, visando assegurar a
80 participação efetiva na proposta e a passagem posterior do Projeto de Lei pelo Plenário. A seguir, a
81 conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado, propôs-se a
82 acompanhar as discussões integrando esta Equipe juntamente com o Secretário Executivo do
83 CEMA, o que foi aprovado por unanimidade, juntamente com a solicitação do Instituto Ecoplan, que
84 apresentaria sua proposta referente à Semana do Rio, na seção de Assuntos Gerais. Em seguida,
85 o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, historiou rapidamente o assunto
86 principal da pauta da reunião, dizendo da urgência necessária para sua solução, uma vez que o
87 mandato dos membros ambientalistas e dos membros docentes universitários expira na presente
88 reunião, passando a palavra para a conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria
89 Geral do Estado, que apresentou proposta para o assunto em pauta, cuja cópia foi anexada à
90 convocação enviada aos senhores conselheiros. A respeito da Minuta de Resolução 001/97-
91 CEMA, a conselheira expôs o arrazoado legal que impede a alteração da denominação do
92 Cadastro Estadual de Associações Conservacionistas para Cadastro de Associações de
93 Desenvolvimento Sustentável e propôs que a minuta de resolução em questão, apresentada pela
94 Secretaria Executiva do CEMA, sofresse as alterações necessárias de acordo com o disposto nos
95 instrumentos legais que criam e regulamentam o Conselho Estadual do Meio Ambiente. A seguir, o
96 conselheiro NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
97 pronunciou-se em apoio à proposta da conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria
98 Geral do Estado, salientando que a alteração dos aspectos por ela levantados não são da alçada
99 deste Conselho e que nos cabe ficarmos estritamente dentro da lei na solução do assunto em
100 pauta. Não havendo mais sugestões, a minuta de Resolução 001/97-CEMA foi colocada em
101 votação e aprovada por unanimidade, com as alterações propostas, passando a fazer parte da
102 presente ata. A seguir, foi colocada em discussão a Minuta de Resolução 002/97-CEMA, que
103 recebeu, por parte da conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado,
104 a proposta de criação de um artigo ao final da mesma, visando assegurar a participação efetiva de
105 todas as entidades conservacionistas do Estado no processo, com a seguinte redação: “as
106 entidades cadastradas serão notificadas através de ofício enviado por correio com aviso de
107 recebimento com antecedência mínima de vinte dias de cada etapa do procedimento eleitoral.” A
108 seguir, o conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais,
109 propôs que conste do preâmbulo da Resolução em questão que os representantes ali designados
110 serão aqueles das Entidades e Associações efetivamente cadastradas, na forma da Resolução

111 001/97-CEMA, a fim de que se mantenha, de forma clara, a coesão entre as duas resoluções. Não
112 havendo mais sugestões, a minuta de Resolução 002/97-CEMA foi colocada em votação e
113 aprovada por unanimidade, com as alterações propostas, passando a fazer parte da presente ata.
114 A seguir, após breve explanação do senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do
115 CEMA, a respeito da Minuta de Resolução 003/97-CEMA, que trata da escolha dos representantes
116 das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, esta foi colocada em discussão.
117 Inicialmente, a mesma recebeu sugestão de alteração por parte do conselheiro CARLOS HUGO
118 ROCHA, suplente de LUIZ KULCHETSCKI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no sentido
119 de ampliar o número de Universidades representadas no CEMA para sete, como o são os
120 membros de entidades conservacionistas e do executivo estadual. O senhor JOSÉ TADEU
121 SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, esclareceu que tal alteração na composição do
122 Conselho deveria ser objeto de projeto de lei ou de decreto do executivo e que a mesma poderia
123 prejudicar a discussão e votação da resolução em debate, acrescentando que, se fosse vontade
124 da Plenária, poderia ser tentada sua implementação. A conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF,
125 da Procuradoria Geral do Estado, pronunciou-se favoravelmente à proposição esclarecendo ainda
126 que a discussão e votação da Resolução em debate não ficaria prejudicada pois estaria sendo
127 levada a efeito sob a vigência da legislação em vigor que prevê cinco vagas para as instituições
128 universitárias. O conselheiro NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade
129 Católica do Paraná, informou que já existem onze universidades no Estado do Paraná e sugeriu
130 que não se deve aumentar o número de docentes universitários no Conselho apenas para
131 assegurar a participação deste aumentado número de instituições universitárias. Frisou ainda que,
132 pelos critérios estabelecidos na regulamentação em discussão, todos serão convocados a
133 participar e os representantes serão escolhidos em nome das suas instituições. A seguir, a
134 conselheira NILZA APARECIDA FRERES STIPP, da Universidade Estadual de Londrina, que
135 participou de discussões a respeito da alteração do número de membros docentes universitários
136 na Comissão de Estudos sobre o Regimento Interno do CEMA, sugeriu que fosse enviada
137 correspondência ao Senhor Governador com a proposição do Conselheiro CARLOS HUGO
138 ROCHA, suplente de LUIZ KULCHETSCKI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, proposta
139 esta que, a seu ver, daria oportunidade de participação às Universidades mais novas que não
140 dispõem, em seus quadros docentes, de currículos semelhantes aos das Universidades mais
141 antigas e consolidadas. A seguir, a conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria
142 Geral do Estado, propôs que também a esta resolução fosse adicionado o artigo que asseguraria a
143 comunicação a todas as entidades existentes a respeito do processo seletivo. O conselheiro
144 NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pronunciou-se
145 discordando da conselheira NILZA APARECIDA FRERES STIPP, da Universidade Estadual de
146 Londrina, quanto à inexistência de bons currículos nas Universidades mais novas e que só este
147 fato, mesmo que fosse constatada sua veracidade, não deveria ser motivo para alterar-se a

148 composição do CEMA. O conselheiro HORÁCIO FERREIRA JÚLIO JR., suplente de ÂNGELO
149 ANTONIO AGOSTINHO, ambos da Fundação Universidade Estadual de Maringá; manifestou-se
150 em apoio à proposta do conselheiro CARLOS HUGO ROCHA, suplente de LUIZ KULCHETSKI,
151 da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no sentido de aumentar-se o número de
152 representantes docentes universitários, visando resolver questão de paridade com as associações
153 conservacionistas e membros natos do executivo e não somente por uma questão de salvaguarda
154 ao acesso das Universidades mais recentemente instituídas. A seguir, o conselheiro ROBERTO
155 GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, manifestou-se contrário ao aumento
156 do número de membros docentes pois, em seu artigo primeiro, a minuta apresentada já assegura
157 a participação no processo a todas as universidades do Estado do Paraná. Não havendo mais
158 sugestões, a minuta de Resolução 003/97-CEMA foi colocada em votação e aprovada por
159 unanimidade, com as alterações propostas, passando a fazer parte da presente ata. Em seguida,
160 foi colocada em votação a proposta de enviar-se correspondência ao senhor Governador
161 sugerindo o aumento do número de representantes docentes universitários que também foi
162 aprovada por unanimidade. A seguir, o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do
163 CEMA, passando à discussão dos Assuntos Gerais, informou aos senhores conselheiros da
164 possibilidade de serem propostos assuntos para discussão em nossas próximas reuniões, ao que
165 a conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado, sugeriu que o
166 projeto de instalação de uma usina termoeletrica no litoral paranaense, por sua importância e
167 inúmeras implicações ambientais, fosse discutido nesta Plenária, com a presença de técnicos do
168 Governo do Estado, da mesma forma, sugeriu que a polêmica reabertura da Estrada do Colono,
169 por sua importância e implicações, não pode deixar de ser analisada e discutida por este
170 Conselho. A título de esclarecimento, o senhor JOSÉ TADEU SMOLKA, Secretário Executivo do
171 CEMA, informou que o EIA/RIMA da Usina Termoeletrica foi contratado pela COPEL e está sendo
172 elaborado por técnicos da Universidade Federal do Paraná que, em Seminário realizado sobre o
173 assunto, no mês passado, nas dependências da UFPr., expuseram e discutiram, com vários
174 segmentos da sociedade ali presentes, o encaminhamento que está sendo dado aos estudos em
175 questão e asseguraram a entrega dos resultados destes estudos em meados deste mês de
176 novembro ao órgão que os contratou. Salientou ainda que, como é de praxe e de lei, estes estudos
177 deverão ser objeto de audiência pública, ocasião em que todos poderemos conhecer, em detalhes,
178 os prós e os contras do empreendimento, bem como as medidas propostas para mitigar os
179 evidentes prejuízos ambientais. A despeito destes fatos, assegurou que os temas propostos pela
180 Conselheira são, pela sua evidente importância, passíveis de serem discutidos nesta Plenária o
181 que poderá acontecer em breve. A seguir, o conselheiro NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da
182 Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sugeriu que fosse incluída, na pauta das próximas
183 reuniões deste Conselho, discussão sobre os estudos para a implantação do aterro sanitário da
184 Região Metropolitana de Curitiba, que estão em andamento no âmbito do PROSAM e que, pelas

185 informações que dispõe, deve acontecer nos limites da área do aquífero Karst, colocando o
186 mesmo em risco evidente de contaminação. Sugeriu que, a propósito deste projeto, fossem
187 convidados os órgãos estaduais encarregados destes estudos para uma explanação na próxima
188 reunião do CEMA. Em seguida, o conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de
189 Empresas Florestais, sugeriu que sempre fossem trazidos ao Conselho os favoráveis e os
190 contrários a qualquer questão em debate, para que se assegurasse o equilíbrio da discussão e
191 das informações. Além disto, sugeriu que, em cada reunião, fosse elaborada uma lista dos
192 membros freqüentemente ausentes sem justificativa, que estariam em condições de serem
193 excluídos em função de dispositivo regimental. Enfatizou que o nome dos ausentes passíveis de
194 exclusão devem ser declinados em Plenária e notificados oficialmente de sua exclusão. A proposta
195 do Conselheiro foi apoiada enfaticamente pelos conselheiros ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da
196 Procuradoria Geral do Estado, e NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade
197 Católica do Paraná que, não havendo mais proposições, fez uso da palavra para informar sobre o
198 conteúdo do documento denominado “Relatório de Monitoria do PED-Paraná”, elaborado por
199 órgãos do Ministério do Meio Ambiente afetos à questão e encaminhado à coordenação estadual
200 do Programa e, por esta, ao CEMA, do qual distribuiu resumo a todos os conselheiros, que solicita
201 integrar a presente ata. Após seu relato, o conselheiro chamou a atenção para o fato de que o
202 documento aborda somente parâmetros financeiros e quantitativos, não abordando indicadores
203 qualitativos, o que seria desejável, tendo em vista a natureza dos projetos e seus possíveis
204 desdobramentos junto às comunidades beneficiadas. Confessou-se indignado com o fato do
205 Ministério contentar-se com este tipo superficial de relatório e com a constatação de luxuosas
206 camionetas importadas rodando pelo interior do Estado com o logotipo do PED nas portas e sendo
207 conduzidas pelos Secretários de Meio Ambiente de algumas Prefeituras, que deveriam estar
208 aplicando estes recursos na preservação e incremento da biodiversidade. Frisou que menor seria
209 sua indignação se tivesse chegado até a Comissão algum relatório dizendo da criação de viveiros,
210 ou da produção de mudas de árvores, ou ainda do aumento da piscosidade no litoral do Paraná,
211 porém, tal não ocorreu, o que coloca em posição desfavorável a condução do Programa PED-
212 Paraná e ainda, motivado pelo não-cumprimento da promessa da Coordenação do Programa de
213 franquear toda a documentação do projeto à Comissão de Acompanhamento do PED-Paraná, da
214 qual é relator, o conselheiro propôs a extinção da mesma, por completa inutilidade e disfunção, no
215 que foi apoiado pela conselheira ANA CLÁUDIA BENTO GRAF, da Procuradoria Geral do Estado.
216 O conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, declarou-
217 se com intenção de discutir a proposta de extinção da Comissão, da qual discordava. Lembrou a
218 todos de sua insistência em implementar auditoria físico-financeira e qualitativa do PED, desde as
219 discussões iniciais sobre o Programa e propôs que, devido ao exposto pelo Conselheiro NICOLAU
220 LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fosse implementada tal
221 auditoria que poderia ser levada a efeito através de solicitação à Presidência do IAP, para que esta

222 sugerisse o nome de doze técnicos, dentre os quais o CEMA selecionaria três, a fim de que estes
223 realizassem a Auditoria Ambiental do Programa, sob a supervisão deste Conselho. Comentando
224 esta proposta, a conselheira ROSANA SCARAMELLA, da Secretaria de Estado dos Transportes,
225 sugeriu que alguns técnicos do Tribunal de Contas, que participaram de cursos sobre Auditoria
226 Ambiental recentemente, fizessem parte desta equipe. A conselheira ANA CLÁUDIA BENTO
227 GRAF, da Procuradoria Geral do Estado, pronunciando-se a respeito da extinção da Comissão,
228 relatou das dificuldades que a mesma enfrentou quando da análise que tentou levar a efeito sobre
229 a documentação do programa, bem como quanto à intermitência destas análises que deveriam
230 ser muito mais freqüentes, de modo a facilitar aos Conselheiros envolvidos a emissão de
231 pareceres e sugestões consistentes, embasadas em análise responsável e completa do processo
232 como um todo e não de apenas uma parte dele. Devido a estes fatos e à conseqüente inoperância
233 da Comissão, a Conselheira apoia a proposta de extinção da mesma. Voltando a explicar sua
234 proposição, o conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais,
235 salientou que, em sendo aprovada esta equipe de auditoria, a mesma iria reportar-se à Comissão
236 de Acompanhamento do PED que não poderia ser extinta antes de ser decidida a implementação
237 ou não da auditoria. Solicitou, portanto, que a decisão sobre a extinção da Comissão seja posterior
238 àquela sobre a equipe de auditoria ambiental. A conselheira ROSANA SCARAMELLA, da
239 Secretaria de Estado dos Transportes, apoiou a proposta de implementar a auditoria ambiental de
240 campo e reiterou sua sugestão de envolver técnicos do Tribunal de Contas no processo; ainda
241 expressou sua concordância com a extinção da Comissão pois também ela, caso integrasse a
242 mesma, não se sentiria a vontade na mesma com a condução das ações do Programa. O
243 conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, solidarizou-se
244 enfaticamente com a indignação dos conselheiros quanto à condução do Programa porém, frisou
245 ser obrigação do Conselho solicitar a auditoria em pauta e, caso os resultados da mesma sejam
246 negativos, então apoiaria integralmente o encaminhamento de correspondência ao próprio Banco
247 Mundial no sentido de interromper o envio de recursos referentes ao Programa. O conselheiro
248 NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, disse entender
249 que as duas coisas não podem coexistir: Comissão de Acompanhamento do PED e auditoria. Se
250 a primeira não conseguiu cumprir seus objetivos, mesmo tentando-o de forma infatigável, ela não
251 tem porque continuar existindo. Por isso, o Conselheiro volta a insistir em sua proposta e sugere
252 que, ato contínuo, seja criado este organismo mais fortalecido, que consiga efetivar o
253 acompanhamento e fiscalização das ações do Programa, no que concorda com a auditoria
254 proposta, cujos resultados devem ser trazidos diretamente ao Plenário do Conselho. A seguir, o
255 conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, insistiu no
256 fato que a auditoria de campo iria constituir-se em um reforço aos atributos da Comissão o que,
257 segundo seu ponto de vista, desaconselha claramente a sua extinção. Em vista destes
258 argumentos, o conselheiro NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica

259 do Paraná, modificou sua proposta inicial, concordando que a Comissão não fosse extinta até que
260 o relatório da auditoria fosse entregue, o que deveria acontecer num prazo de trinta dias após a
261 formação da equipe auditora, com o que solidarizou-se a conselheira ANA CLÁUDIA BENTO
262 GRAF, da Procuradoria Geral do Estado, ressaltando a necessidade de empenho neste sentido do
263 Presidente do Conselho e Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, senhor
264 Hitoshi Nakamura, uma vez que haverá deslocamento de funcionários e de recursos, o que
265 acredita ser muito difícil de acontecer. Não havendo mais sugestões, o senhor JOSÉ TADEU
266 SMOLKA, Secretário Executivo do CEMA, colocou em votação a proposta do conselheiro
267 ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de Empresas Florestais, a qual foi aprovada por
268 unanimidade, tendo sido rejeitada a proposta que envolvia membros do Tribunal de Contas na
269 Equipe de Auditoria. A seguir, foi passada a palavra aos senhores FABIANO BRUSAMOLIN,
270 suplente de MARCO AURÉLIO BUSCH ZILLOTTO, do Instituto Ecoplan, e JORGE R. A. MELLO, do
271 Comitê de ONGs. para Conservação dos Recursos Hídricos, os quais agradeceram a
272 oportunidade e realizaram explanação sucinta do projeto “Semana dos Rios”, parte integrante
273 desta ata, cujos objetivos centram-se em atividades de educação ambiental sobre o tema dos
274 recursos hídricos e sua gestão participativa, conforme preconizado na Legislação Federal
275 recentemente promulgada e que devem cobrir o Estado do Paraná na semana de 23 a 30 de
276 novembro, visando a continuidade da multiplicação de conceitos de conservação ambiental
277 através do trabalho de uma rede de entidades não-governamentais unidas no Comitê de ONGs
278 para a Conservação dos Recursos Hídricos, ao qual o senhor JORGE R. A. MELLO, integrante
279 deste do Comitê, aproveitou a oportunidade e convidou o CEMA para integrar-se no papel de
280 parceiro na execução de ações objetivas pelas entidades que o compõem. Finalizando seu relato,
281 agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para questionamentos. O conselheiro
282 NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, teceu
283 comentários sobre a velocidade com que os movimentos para preservação dos recursos hídricos
284 têm se consolidado em nosso País, com trabalhos interessantes como é o caso da campanha
285 visando o controle do desperdício de água, que será lançada brevemente, a nível nacional, pela
286 ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, instituição da qual o
287 conselheiro é associado. Parabenizou a iniciativa apresentada pelo Comitê de ONGs para a
288 Conservação dos Recursos Hídricos e sugeriu que todas as iniciativas ligadas à preservação dos
289 recursos hídricos devem ser discutidas, aprovadas e apoiadas por este Conselho. Sobre a
290 iniciativa, pronunciou-se ainda o conselheiro ROBERTO GAVA, da Associação Paranaense de
291 Empresas Florestais, tecendo elogios e lembrando o pronunciamento inicial do senhor HITOSHI
292 NAKAMURA, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do
293 Conselho Estadual do Meio Ambiente, que alertou para a necessidade de todos os segmentos
294 sociais conjugarem esforços no sentido de educar, fiscalizar e promover ações de preservação
295 dos recursos hídricos. A seguir, o conselheiro NICOLAU LEOPOLDO OBLADEN, da Pontifícia

296 Universidade Católica do Paraná, exercendo a Presidência deste Conselho, teceu comentário
297 sobre o pronunciamento inicial do senhor HITOSHI NAKAMURA, Secretário de Estado do Meio
298 Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente,
299 principalmente sobre algumas iniciativas e projetos em execução que apontam para a iminente
300 reutilização das águas servidas para abastecimento da Região Metropolitana de Curitiba, como
301 ocorre no Japão e em alguns outros países que chegam a utilizar a mesma água nove vezes, o
302 que pode consistir-se em uma solução real para esta região que cresce sobre os seus
303 mananciais, pois as alternativas que se impõem, que sugerem a captação na represa do sistema
304 Capivari-Cachoeira ou no rio Assungui, dependem de soluções técnicas muito mais difíceis;
305 agradeceu o empenho de todos os Conselheiros presentes a esta reunião e, nada mais havendo a
306 tratar, convocou a próxima reunião para o dia oito de dezembro vindouro e declarou encerrada esta
307 48ª reunião ordinária do CEMA, da qual eu, JOSÉ TADEU SMOLKA,
308 Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Meio Ambiente, lavrei a presente ata, em Curitiba,
309 aos dez dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e sete.